



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

## **PROJETO DE LEI Nº 17363/2025**

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

**APROVA:**

**Dispõe Sobre a Criação do Banco Social de Materiais de Construção no Município de Maringá e dá outras providências.**

**Art. 1.º** Fica criado o **Banco Social de Materiais de Construção de Maringá (BSMC)**, destinado à arrecadação, armazenamento, seleção e redistribuição de materiais de construção para fins de benefício social.

**Art. 2.º** O Banco Social de Materiais de Construção (BSMC) terá as seguintes finalidades:

I - melhorar as condições habitacionais das famílias de baixa renda;

II - auxiliar entidades assistenciais, filantrópicas e comunitárias sem fins lucrativos na manutenção e melhoria de suas sedes;

III - apoiar a recuperação de moradias afetadas por emergências e/ou situações de calamidade, tais como deslizamentos, alagamentos, vendavais e outros desastres naturais.

**Art. 3.º** O BSMC será administrado pelas Secretarias Municipais competentes, com sede e funcionamento definidos pelo Executivo Municipal.

**Art. 4.º** Constituirão o acervo do BSMC:

I - materiais de construção novos ou usados, em condições de reutilização;

II - sobras de matérias-primas da construção civil;

III - resíduos sólidos reaproveitáveis provenientes de doações de empresas, entidades não governamentais e munícipes.

**Art. 5.º** A Secretaria Municipal de Habitação será responsável pela destinação dos materiais, e as Secretarias de Urbanismo e de Infraestrutura ficam autorizadas a selecionar os materiais doados, abstendo-se de receber entulhos ou itens inadequados para reutilização.

**§ 1.º** O transporte de doações até o BSMC será realizado pelo Poder Público mediante triagem e agendamento prévio.

**§ 2.º** Não será emitido recibo no ato da entrega dos materiais, salvo preenchimento de formulário padronizado para controle interno.

**Art. 6.º** Poderão ser beneficiários do BSMC:

I - famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas nos Centros de

Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), mediante avaliação socioeconômica;

II - entidades assistenciais, filantrópicas ou comunitárias, mediante comprovação de efetivo e contínuo funcionamento;

III - famílias afetadas por situações de emergência ou calamidade, devidamente comprovadas por órgãos competentes.

**Art. 7.º** Os materiais doados serão redistribuídos conforme:

I - avaliação da disponibilidade do estoque;

II - ordem de priorização definida pela Secretaria de Habitação;

III - critérios de necessidade e urgência estabelecidos pelos órgãos responsáveis.

**Art. 8.º** A gestão do BSMC será realizada por um coordenador designado pelas secretarias competentes.

**§ 1.º** O cadastro e a distribuição poderão ficar ao encargo da Secretaria Municipal de Urbanismo.

**§ 2.º** Compete à gestão do BSMC, cujas atribuições incluem:

I - planejar, organizar e supervisionar as atividades do Banco Social;

II - promover a captação de doações junto à comunidade e ao setor privado;

III - manter registro atualizado das entradas e saídas de materiais;

IV - elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento do programa.

**Art. 9.º** O BSMC será implementado por meio de termo de cooperação técnica firmado entre a Prefeitura Municipal de Maringá e a Sociedade Civil Organizada, que tenham profissionais habilitados na área da Engenharia e Arquitetura de Maringá, que tenham parcerias com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA/PR) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU/PR).

**Art. 10.** Fica vedada a comercialização dos materiais redistribuídos pelo BSMC.

**Art. 11.** O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

**Art. 12.** As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 14.** Fica revogada a Lei n. 9.695/2014.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder**, 27 de março de 2025.

**SIDNEI TELLES**  
**Vereador-Autor**



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho**, Vereador, em 31/03/2025, às 14:50, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0382153** e o código CRC **2422C382**.

---